

Dicionário

de Educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades

Organizadoras: Gabriela Dutra de Carvalho
Marisalva Fátima
Valéria Gomes
Vera Márcia Marques Santos

**Dicionário de Educação
Sexual, Sexualidade, Gênero
e Interseccionalidades**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

Marcus Tomasi

Reitor

Leandro Zvirtes

Vice-Reitor

Matheus Azevedo Ferreira Fidelis

Pró-Reitor de Administração

Márcio Metzener

Pró-Reitor de Planejamento

Soraia Cristina Tonon da Luz

Pró-Reitor de Ensino

Fabio Napoleão

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade

Antonio Carlos Vargas Sant'Anna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDITORA UDESC

Marcia Silveira Kroeff

Coordenadora

CONSELHO EDITORIAL

Marcia Silveira Kroeff – Presidente

Nílson Ribeiro Modro – CEPLAN

Alexandre Magno de Paula Dias – CESFI

Janine Kniess – CCT

Roselaine Ripa – CEAD

Edelcio Mostaço – CEART

Rafael Tezza – ESAG

Sílvia Maria Fávero Arend – FAED

Rosana Amora Ascari – CEO

Renan Thiago Campestrini – CEAVI

Renata Rogowski Pozzo – CERES

Veraldo Liesenberg – CAV

Dicionário de Educação Sexual, Sexualidade, Gênero e Interseccionalidades

Gabriela Dutra de Carvalho

Marisalva Fávero

Valéria Gomes

Vera Márcia Marques Santos

2019



DIAGRAMAÇÃO

Matheus Terra

EDITORA UDESC

Fone: (48) 3664-8100

E-mail: editora@udesc.br

<http://www.udesc.br/editorauniversitaria>

D546 Dicionário de educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades / Vera Márcia Marques Santos et al. 1. ed. - Florianópolis: UDESC, 2019.

359 p.; 15 x 21 cm

Inclui referências.

ISBN: 978-85-8302-187-2

1. Educação Sexual. 2. Identidade de gênero. 3. Interseccionalidade. 4. Sexo. I. Carvalho, Gabriela Dutra de. II. Fávero, Marisalva. III. Gomes, Valéria. IV. Santos, Vera Márcia Marques.

CDD: 370.19345 - 20. ed.

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Orestes Trevisol Neto CRB 14/1530

Biblioteca Central da UDESC

Sumário

Apresentação	9
Abordagens da Educação Sexual.....	13
Abuso Sexual de Crianças: a Resposta do Direito	19
Adolescência	27
Affective Turn.....	34
Altas Habilidades ou Superdotação e Sexualidade	39
Antropologia e Sexualidade	45
Arte, História e Educação Sexual.....	50
Assédio Sexual Verbal em Locais Públicos.....	55
Assédio Sexual em Redes Sociais Digitais.....	63
Brinquedo Sexual “ <i>Sex Toy</i> ”	70
Ciberfeminismo.....	74
Comportamentos Sexuais de Proteção.....	78

Comunicação Sexual	86
Consentimento Sexual	95
Deficiências e Sexualidade	105
Doulas.....	113
Duplo Padrão Sexual	117
Educação para a Sexualidade em Meio Institucional.....	122
Educação Sexual e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	127
Epistemologia(s) Feminista(s).....	133
Erotofilia e Erotofobia	138
Feminicídio	142
Feminismo Negro Decolonial	148
Funcionamento Sexual	154
HIV	161
Idade Adequada para Educar para a Sexualidade.....	165
Identidade de Gênero	171
Ideologia de Gênero	175
Inclusão e Sexualidade.....	180
Infância e Sexualidade	186
Interseccionalidade	191
Literacia em Saúde Sexual	197
Literatura Infantil e Sexualidade.....	204
Maternidade	210
Mulher.....	215
Mulheres na Política Eleitoral	218
O Perfil do/a Educador/ar Sexual.....	223
Parteira.....	227
Pedofilia	234

Praxe Acadêmica/Trote Universitário e Violência.....	239
Prazer.....	247
Princesa	251
Psicanálise e Sexualidade	259
Resposta Sexual	266
Sexting	276
Sexualidade na Velhice	281
Sororidade I.....	289
Sororidade II.....	293
Terminologias Trans	297
Tráfico de Seres Humanos para Fins de Exploração Sexual	308
Transmasculinidades.....	306
Transtorno do Espectro Autista e Sexualidade.....	310
Violência Contra as Mulheres	315
Violência de Gênero.....	323
Violência Digital ou Violência Virtual	328
Violência Sexual.....	333
Violências	338

Educação para a Sexualidade em Meio Institucional

Educar para a sexualidade em meio institucional é um processo totalmente diferente do que é em meio escolar, na medida em que não existe nenhuma orientação formal para o fazer nestas instituições. No entanto, é um processo educativo que emerge da necessidade de dar resposta a comportamentos observados e relacionados com as vivências das crianças e jovens acolhidos. Para o fazer de forma bem-sucedida é imperioso que o processo comece com a formação específica sobre educação para a sexualidade destinada aos profissionais das instituições.

A educação para a sexualidade em contexto de acolhimento institucional constitui um processo muito desafiante para as equipas técnicas das instituições, revelando-se ainda mais difícil do que no contexto escolar, atendendo não só às vivências das crianças e adolescentes acolhidos, os quais quase sempre comportam histórias de

vida bastante sensíveis e problemáticas no que diz respeito à sexualidade, mas também devido à diversidade de formação inicial dos profissionais que cuidam destes utentes.

Em virtude dos diversos motivos que levam cada criança ou jovem para o meio institucional, a educação para a sexualidade adquire aqui um caráter de especificidade, na medida em que cada um possui uma biografia única, redigida por experiências que imprimiram registos nas suas memórias e muitas vezes deixaram sequelas, que caracterizam e justificam os comportamentos evidenciados, tanto em termos de violência, de empatia, de competências socio emocionais, de capacidade de tomar decisões e projetar o futuro, como no que toca aos comportamentos sexuais, sobretudo os de risco (García-Ruiz, 2009). Nestes casos, particular atenção e cuidado tem de ser tido em conta face a abordagens sobre abuso sexual, sob pena de despoletar memórias traumáticas.

Assim, a educação para a sexualidade em meio institucional tende a maior eficácia quando se fazem sessões de intervenção a nível individual, comparativamente ao que é feito em grande grupo, o que se compreende atendendo ao carácter de intimidade em que as questões de sexualidade estão implicadas (Anastácio & Lopes, 2017).

Dada a vulnerabilidade das crianças e adolescentes em contexto de institucionalização, devido à falta de retaguarda familiar ou incapacidade da família de cuidar, educar e proteger os seus filhos, a educação da sexualidade destes jovens tem de se orientar numa perspetiva desenvolvimentista, além de atuar também de modo preventivo.

Em termos de prevenção, quando se trata da população feminina, a principal e a primeira ação implementada pelos cuidadores geralmente é a consulta de planeamento familiar com prescrição de um método contraceptivo. No entanto, a prevenção tem de incidir também na prevenção das infeções sexualmente transmissíveis, bem como no desenvolvimento de capacidades de previsão de risco e de consequências das decisões tomadas. E este é um processo mais educativo do que médico, exigindo um trabalho com continuidade, assegurando um ambiente de confiança e de interação positiva entre acolhidos e cuidadores.

Ainda mais do que a prevenção da concepção indesejada e de outros riscos, a educação para a sexualidade em meio institucional precisa trabalhar o desenvolvimento de competências socioemocionais, de tomada de decisão e de comunicação e negociação com eventuais parceiros de intimidade (García-Ruiz, 2009).

No respeitante a competências socioemocionais, o reforço neste domínio tem de ser intensificado, pois considerando situações de abuso sexual, as crianças com desenvolvimento destas competências tornam-se mais capazes de se proteger de ameaças, de gritar, de lutar e de falar sobre o assunto (Goleman, 2002). É igualmente muito importante trabalhar a autoestima, a assertividade e a resiliência para munir estas crianças e adolescentes de ferramentas protetoras e promotoras de relacionamentos positivos. No entanto, e verificando-se que os jovens acolhidos têm níveis destas competências similares aos dos que vivem em contextos familiares (Anastácio, 2016; Anastácio & Marinho, 2014), além destas competências é fundamental o desenvolvimento da empatia, pois muitos destes jovens sofrem uma erotização e iniciação sexual precoce, muitas vezes conducente à banalização da sexualidade, o que não é salutar, atendendo a que uma pessoa só está preparada para ter um relacionamento sexual quando consegue compreender as emoções daquele com quem se relaciona (Goleman, 2002). Por outro lado, não obstante a possibilidade de relações sexuais motivadas apenas por atração e desejo, como a segurança emocional proporcionada por uma relação íntima afetiva permite um maior grau de entrega e satisfação (Lopez & Fuertes, 1999), é importante que ao educar para a sexualidade saudável em meio institucional se dê relevância a este aspeto para que os jovens procurem ter relações nas quais encontrem satisfação para as necessidades emocionais de que carecem.

Em virtude da sua carência, quer afetiva quer socioeconómica, estes jovens são bastantes vulneráveis tornando-se presas fáceis para quem os alicia para relacionamentos sexuais, já que a troca de recompensa e com pouca capacidade de previsão de riscos se envolvem com parceiros com os quais dificilmente terão poder de negociação e de dizer não a atividades sexuais que não sejam do seu agrado.

O apelo à capacidade de tomar decisões na instituição inicia-se aquando da definição do projeto de vida, tentando perspetivar um futuro melhor com o auxílio de parceiros sociais, implicando as crianças e jovens acolhidos e as suas famílias com vista a uma desinstitucionalização segura (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID, 2005). Os jovens começam por decidir sobre as alternativas de percursos escolares e seguidamente profissionais, projetando também o seu futuro familiar. Além de tomar a decisão, os jovens são envolvidos no comprometimento e responsabilidade para com o que decidiram, o que exige também um processo educativo consistente, uma vez que geralmente não estão habituados a assumir isso devido à negligência familiar por que passaram.

ZA (Zélia Anastácio)

Referências

- Anastácio, Z. (2016). Self-esteem, Assertiveness and Resilience in Adolescents Institutionalized. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. INFAD Revista de Psicología, N.º1-Vol.1, 2016, 315-322, <http://dx.doi.org/10.17060/ijodaep.2016.n1.v1.231>
- Anastácio, Z. & Lopes, G. (2017). Educação para a Sexualidade Saudável em Contexto Institucional. In T. Vilaça; C. Rossi; C. Ribeiro & P. Ribeiro (Eds). *Investigação na Formação e Práticas Docentes na Educação em Sexualidade – Contributos para a Igualdade de Género, Saúde e Sustentabilidade*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação, Centro de Investigação em Estudos da Criança, pp. 393-405.
- Anastácio, Z. & Marinho, S. (2014). Results of a sex education program for 2nd and 3rd cycle of Portuguese basic education students. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. INFAD Revista de Psicología, N.º 1-Vol.3, 2014, 423-430.
- García-Ruiz, M. (2009). La Educación Sexual en Acogimiento residencial. In A. Bravo & J. del Valle (Coords.). *Intervención Socioeducativa en Acogimiento Residencial*. Gobierno de Cantabria, Consejería de Empleo y Bienestar Social, Dirección General de Políticas Sociales, pp. 203-228.
- Goleman, D. (2002). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & CID. (2005). *Manual de Boas Práticas: um guia para o acolhimento residencial de crianças e jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Lopez, F. & Fuertes, (1999). *Para Compreender a Sexualidade*. Lisboa: APF.